

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



ANTUNES, Manuel (Abegoaria, Sertã, 1918 - Lisboa, 1985)

Nasceu num lugar perto da vila da Sertã, no seio de uma família de baixos recursos económicos e culturais. O pai, José Agostinho Antunes, dedicava-se à agricultura como assalariado jornaleiro, e a mãe, Maria de Jesus, era doméstica, ambos analfabetos. Apesar disso, tanto o primogénito Manuel, como o segundo filho, José Antunes (1921-1997), tiveram estudos superiores por via da Companhia de Jesus. José abandonou o seminário e terminou Direito como trabalhador-estudante, destacando-se na vida local como político e educador, chegando a ser presidente de Câmara (1962-1974). A última filha, Maria do Céu Antunes (n. 1924), entrevistada sobre o percurso do irmão mais velho, assinalou como a sua inteligência e vontade de estudar colidiam com a realidade socioeconómica do agregado: depois do brilhante percurso na escola primária da Sertã, realizou o “melhor exame” da quarta classe, mas, ao saber os resultados, Manuel revelou-se “triste” porque “tinha sido o único a ir descalço”. Nestas circunstâncias, “no dia da primeira comunhão, o padre José Lérias” – um pároco local que entretanto havia ingressado na Companhia de Jesus – teria interpelado a criança perguntando-lhe “se gostava de ir para padre e de poder estudar”, ao que esta “respondeu logo que sim”. O orçamento familiar era de tal modo débil que não poderia custear o enxoval de entrada para o seminário, angariado graças à congregação de “umas irmãs de Maria que souberam da situação” (*Biografia...*, 2011, pp. 26-27, 157).

A formação de Manuel Antunes na escola laica terminou aos doze anos. Desde essa idade, o futuro sacerdote frequentou apenas instituições da Companhia, seguindo o plano de estudos que serviria de equivalente aos currículos secundários e superiores e que, na Ordem de Santo Inácio, obedece a ciclos de preparação científico-humanística e espiritual. Levou duas décadas a formar-se como sacerdote e, desde a entrada no Noviciado, decorreram quinze anos.

Entre 1931 e 1936, apesar de percalços com a saúde, completou os estudos iniciais na Escola Apostólica (Seminário Menor), primeiro no Seminário da Costa em Guimarães, depois em Macieira de Cambra, passando então ao Postulantado. Aos 18 anos ingressou no Noviciado, passando para o Convento de Alpendurada, em Entre-os-Rios (Marco de Canaveses), para os dois anos de iniciação intensiva preparatória da entrada na Ordem. Em 1938, transitou para o Junioriado, um ciclo de preparação intelectual,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

normalmente com a duração de três anos, iniciado com formação bianual em Humanidades, que o futuro padre concluiu em apenas um. No primeiro ano, cumprido no Convento da Costa (Guimarães), Manuel Antunes teve por professor de Literatura Portuguesa o Padre Lúcio Craveiro. De acordo com o seu depoimento, Manuel Antunes já nessa época sobressaía: “De todos os alunos do curso era o que escrevia melhor, chegando a publicar um artigo na revista *Brotéria*”, a revista da Companhia. Nestas aulas, os alunos liam “muitos livros” para “apresentar a sua opinião sobre os mesmos, o que proporcionava diálogos magníficos entre professor e alunos”, momento fundamental para o futuro crítico literário (cit. *Idem*, p. 37). Na sequência, realizou o segundo e derradeiro ano do Junioriado na área de Ciências, no Seminário dos Jesuítas de Braga.

Prosseguiu para uma nova fase na educação jesuíta, que compreende duas formações, uma em Filosofia e outra em Teologia. Em 1943 licenciou-se em Filosofia no Instituto Beato Miguel de Carvalho (desde 1947, Pontifícia Faculdade de Filosofia, e atual Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica) com a dissertação *Panorama da Filosofia existencial de Kierkegaard a Heidegger*, documento desaparecido, mas parcialmente restituído pelos artigos publicados na *Brotéria*. Entre 1943 e 1946 optou por prosseguir para o Magistério, uma etapa relacionada com o amadurecimento espiritual, geralmente ocupada com docência ou missão. Assumiu a primeira experiência professoral no Seminário da Costa em Guimarães, durante quatro anos, onde, com o estatuto de estagiário, ensinou Retórica Latina, Língua Grega, Língua e Literatura Gregas, Retórica e Humanidades Latinas no chamado Curso Superior de Letras (após o Noviciado). Por último, a Ordem dava a possibilidade de os seus formandos fazerem pelo menos um curso superior no estrangeiro; Manuel Antunes foi enviado para a Faculdade de Teologia de Granada (Espanha), onde em 1949 recebeu a ordenação sacerdotal, finalizando no ano seguinte a primeira fase da sua formação teológica, com nota máxima. Completou esta formação teológica e espiritual em Namur (Bélgica), cumprindo o ano da chamada Terceira Provação num retiro probatório com um grupo internacional.

No regresso a Portugal, lecionou na Escola Apostólica e no Noviciado da Companhia de Jesus (instalados em Soutelo, arredores de Braga), entre 1951 e 1955. Entretanto, em 1954, realizou a profissão solene dos Quatro votos na Ordem de Santo Inácio, o ritual de entrada em que se presta juramento de obediência ao Papa. Nesta sequência, em 1955 foi nomeado redator da *Brotéria* e, enviado para Lisboa, passou a residir na Casa dos Escritores da Companhia de Jesus, o edifício-sede da revista, além de exercer ainda a docência de Teologia no Curso Superior de Religião para Religiosas e a Direção Espiritual de religiosos e leigos (*Idem*, pp. 41-65).

Em 1957, por indicação de Marcelo Caetano, Reitor da Universidade de Lisboa, foi convidado pelo Professor Doutor Vitorino Nemésio para exercer a docência na Faculdade de Letras de Lisboa, atividade iniciada, como segundo assistente, em janeiro de 1958, e que abraçou até ao final da vida, de par com a vida sacerdotal (e.g., direção espiritual, etc.). O elevado nível científico e o sucesso obtido junto dos alunos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

levaram o novo diretor da Faculdade, Orlando Ribeiro, a propor em agosto de 1959 a sua contratação como professor do quadro, sem ter logrado este objetivo. Pouco tempo depois, o Padre confessava na correspondência aos seus amigos Mécia e Jorge de Sena a dificuldade que sentia em acompanhar a vida universitária e, sobretudo, o quanto estava impossibilitado de prosseguir a investigação, a ponto de ter pedido demissão, pedido esse indeferido por intervenção do próprio Marcelo Caetano. Por volta de 1959, como escreveu a Jorge de Sena e confessou mais tarde a Manuel do Carmo Ferreira, considerou desenvolver uma tese de doutoramento nunca concretizada, intitulada “Mística e Filosofia em Plotino”, para a qual realizou todas as leituras. Teve mais um momento de indefinição quando, já em 1978, decorreu um inquérito pelo facto de o docente ser desprovido de qualificação académica oficial, embora, como lembrou um dos consultados neste processo, tivesse “a formação toda da Companhia de Jesus, desde as Humanidades Clássicas à Teologia e Filosofia” (*Um pedagogo...*, 2011, p. 180). Pese os desaires, a docência universitária foi a sua principal ocupação, tendo sido responsável pela cadeira de História da Cultura Clássica, disciplina do 1.º ano e transversal a quase todos os cursos da Faculdade de Letras, posteriormente designada Introdução à Cultura Clássica. Em 1978, transitou para o departamento de Filosofia. No cômputo geral, lecionou, entre outras disciplinas, seminários e cursos livres, História da Civilização Romana, História da Filosofia Antiga, Platão I e II, Aristóteles, Ontologia, Pensamento Filosófico em Portugal no Século XX (*Idem*, pp. 89-95; *Padre Manuel Antunes*, 1985, pp. 8-9).

Na formação e desempenho intelectual, ressalta a quantidade e constância das viagens de estudo empreendidas, bem como espetro e o nível de domínio de línguas mortas e vivas. As viagens de estudo começaram na década de 1940. A mais longa foi iniciada em 1946, com a ida para Granada. A partir de 1950, após a passagem por Namur, seguida de um percurso durante o verão de 1951 pelas principais casas da Companhia na Bélgica e na França, desenvolveu o hábito de aproveitar o período das férias estivais para aprimorar a sua formação (“Antunes, Padre...”, *Grande Enciclopédia...*, vol. 38, s.d., p. 437). Foi sobretudo no âmbito da docência universitária que realizou inúmeras jornadas, tanto as solitárias para efeitos de pesquisa e atualização bibliográfica (as mais conhecidas à Bélgica, França, Alemanha e Reino Unido), sempre que possível com o patrocínio do Instituto de Alta Cultura ou da Fundação Calouste Gulbenkian, como as de acompanhamento a alunos aos locais de interesse histórico e cultural (estão documentadas excursões às Astúrias, Grécia, Itália). Em qualquer caso, cursos de verão, participação em congressos ou representação oficial do país no estrangeiro – por incumbências da Ordem ou da Universidade – eram geralmente rentabilizadas (*Padre Manuel Antunes*, 1985, pp. 9-10).

Como recorda Arnaldo do Espírito Santo, seu antigo aluno, Manuel Antunes tinha um “conhecimento perfeito do grego e do latim, dos autores clássicos no original, e de uma vasta bibliografia lida também no original, fosse ele o espanhol, o francês, o italiano, o inglês ou o alemão”, erudição e atualidade essas que foram impactantes na cultura escolar da Faculdade de Letras, uma vez que este professor “não precisava de esperar que uma dada obra (...) fosse traduzida para a poder ler, analisar, comentar e fazer entrar na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

discussão e no confronto de ideias” (*Obra Completa...*, t. 1, vol. 1, 2007, p. 1). Ademais, foi ajudante de bibliotecário em Soutelo e em Granada e, na casa Brotéria, o seu quarto era conhecido como um “cafarnaum de livros”, de onde o intelectual emergia (*Padre Manuel Antunes*, 1985, p. 18; *Um pedagogo...*, 2011, pp. 100-101;).

A partir da década de 1950, Antunes aplicou-se a três grandes funções: a docência, o sacerdócio e a escrita. De facto, uma parte da sua vida foi também absorvida pela participação na revista *Brotéria*. Em 1955, foi nomeado redator responsável pelas secções de crítica literária e de cultura, e dez anos depois, diretor, cargo que exerceu entre janeiro de 1965 e o final de 1982, com uma interrupção entre 1972-1975, provavelmente devido à forte pressão da censura, e talvez, como refere Mário Sottomayor Cardia, usando pseudónimo no cabeçalho (*Idem*, p. 245). O primeiro artigo, publicado em 1940, “A poesia modernista de *Orpheu* a *Altitude*”, versava sobre autores polémicos como Mário de Sá Carneiro, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoaes ou José Régio. Desde 1963 começou a assinar maioritariamente sob pseudónimos, tendo sido contabilizados 124 nomes nos 410 artigos identificados. Esta estratégia permitiu-lhe “esconder-se aos olhos da generalidade dos leitores” ao mesmo tempo que concedia à revista “a aura de dispor de um vasto leque de colaboradores”, incidindo, ao longo de quase cinquenta anos, sobre temas tão diversos quanto a teologia, a filosofia, a estética, a política, as relações internacionais, a educação e a crítica literária (*Biografia...*, 2011, pp. 103-105; 243-270).

Colaborou ainda noutras publicações periódicas académicas. Entre 1963 e 1980, participou na redação da *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura* (23 vols., 1963-1995), cessando a prestação no vigésimo volume. Redigiu cerca de duas centenas e meia de verbetes sobre uma variedade de temas, desde a teologia, a filosofia, a política, a literatura ou a cultura clássica. Assinala-se a publicação na *Revista Portuguesa de Filosofia* (Braga), muito intensa de 1950 até 1958 e mais tarde retomada em 1982, na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (1963) e na revista do Centro de Estudos Clássicos da mesma instituição, *Euphrosyne* (1959-1967) (*Idem*, pp. 271-280, 327-336).

Em 1960, estreou-se com *Ao encontro da palavra: ensaio de crítica literária* (Livraria Moraes), uma coletânea de artigos de filosofia, literatura e sociologia da cultura. Com pendor filosófico e teológico, editou, no mesmo ano, *Do espírito e do tempo* (Editora Ática). Divulgaram-se, em separata da *Brotéria*, *O mundo de hoje e a religião* (1964) e *Função da teologia no mundo de hoje* (1967, com pseudónimo Carlos Outeiro Cruz). A partir dos anos 1970, as suas monografias focaram temas da atualidade política, educativa e literária. Deste modo, em 1972 foram dados à estampa *Indicadores de civilização* (Editorial Verbo), *Educação e sociedade* (Editora Sampedro), e *Grandes derivas da história contemporânea* (Edições Brotéria); no ano seguinte, *Grandes contemporâneos* (Editorial Verbo); em 1979, a obra de intervenção cívica, *Repensar Portugal* (Editora Multinova); e, em 1980, a última publicação em vida, *Occasionalia: homens e ideias de ontem e de hoje* (Multinova). Todos os seus escritos publicados e inéditos foram compilados e trazidos de novo a lume desde 2005, numa edição crítica das suas *Obras Completas*, em sete



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tomos e num total de catorze volumes, abrangendo áreas temáticas (Fundação Calouste Gulbenkian). O derradeiro tomo comporta uma biografia e os detalhados índices remissivos.

Não se identifica uma obra historiográfica marcante, mas sim a consolidação de um pensamento com um viés histórico. Como confirma Luís Reis Torgal, “não sendo propriamente um historiador”, o padre Manuel Antunes “terá um significado especial no domínio do ensino da história da cultura, para além de ter feito reflexões muito interessantes na área da história da cultura” (“A história em tempo...”, *História da história...*, 1998, p. 295). Vislumbrada a sua ação múltipla, a obra é assinalável em três campos: história contemporânea, história da literatura portuguesa e história da cultura clássica.

O engajamento constante de Manuel Antunes na reflexão política ultrapassou as incumbências de um jesuíta e essa perspetiva, plasmada na *Brotéria* e nas monografias, foi considerada por Mário Sottomayor Cardia como uma página essencial da história da receção do marxismo em Portugal. Foi, ao mesmo tempo, problematizador e testemunha da sua contemporaneidade (*Um pedagogo...*, 2011, pp. 246-263).

Formalmente investido em 1952, notabilizou-se como crítico literário e historiador da literatura na *Brotéria*. Inovador nos temas e abordagens, permanece uma referência, em particular dos movimentos do modernismo e do surrealismo português, de que foi um dos primeiros e principais estudiosos (*História crítica...*, vol. 7, 409-ss; vol. 8, pp.73-ss, 311-ss; vol. 9, pp. 73-ss; *História da literatura...*, 1992, pp.1009-ss, 1957-ss). Divulgou a nova literatura portuguesa e europeia, concedendo um lugar à poesia e às revistas literárias de jovens artistas (*Um pedagogo...*, 2011, p.251). Este interesse teve impacto metodológico, uma vez que enveredou pela sociologia dialética da literatura, adotando uma visão muito próxima de Lucien Goldman, que considerava a obra não como um ‘reflexo’ da sociedade ou do pensamento de um autor, mas como constituinte da estrutura mental de uma época. No ‘estruturalismo genético’, o autor singular ou a consciência coletiva são ultrapassados pelo ‘máximo de consciência possível’, o momento em que, através da reflexão conceptual ou da criação artística, o indivíduo – que pertence e se move entre diferentes grupos sociais – se exprime desde um ponto de vista unívoco; nas obras literárias pode assim encontrar-se uma expressão empiricamente verificável de um grupo social coeso. Este método estava sobretudo orientado para a análise de grandes obras literárias e Antunes usou-o explicitamente na análise de obras de vulto da cultura clássica.

Por fim, e como maior aproximação à historiografia *strictu sensu*, pode considerar-se um historiador sem obra, uma vez que o seu pensamento se desenvolveu *in actu* na Faculdade de Letras de Lisboa. Embora vários textos dispersos permitam restituir a sua ideia de história, apenas se identifica, neste âmbito, uma obra de vulto: a sebenta da disciplina de História da Cultura Clássica, onde, além de uma reflexão de teoria e filosofia da história, discutiu a origem, desenvolvimento e decadência das civilizações e da cultura grega e romana. Esta sebenta foi construída a partir de anotações das aulas, que circulavam pelo alunado, depois retomadas, corrigidas e aumentadas pelo professor, e por último editadas nos serviços de impressão da Faculdade. O documento marcou os cerca de quinze mil estudantes que passaram pelas suas aulas, desde



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1958 até ao início da década de 1980. A edição crítica, que circula sob chancela da Fundação Calouste Gulbenkian, baseia-se na última versão de 1970 e teve em atenção as diversas versões desde o ano letivo de 1961/62, o que significa que o pensamento histórico do Padre Manuel Antunes se exponenciou durante esta década, entre os quarenta e os cinquenta anos de idade. A sua ideia de história foi tecida no cruzamento das grandes problemáticas da época e é sintomática dos debates ocorridos sobre o carácter unitário do conhecimento académico, a natureza das ciências e a epistemologia da história.

No primeiro aspeto, a defesa de um conhecimento uno mostra uma continuidade da filosofia centro-europeia do século XIX, adotada no fundamental pelos setores progressistas católicos universitários. O discurso de Manuel Antunes, de tradição eminentemente tomista, exprimia-se frequentemente de modo binário, dialético, em ordem a alcançar a síntese. Na historiografia, este princípio teve uma aplicação singular: para evitar o esvaziamento do saber, tratava temas do passado problematizando o presente (*Idem*, pp. 41, 205, 246).

‘História é uma ciência?’ – foi a interrogação dos intelectuais da época, que teve em Antunes uma resposta *sui generis*: uma ciência, mas também uma arte. As suas características ‘científicas’ seriam: a objetividade, a positividade (*i.e.*, incide sobre factos), a operatoriedade, a racionalidade (*i.e.*, legal e regular, cingindo-se a uma única lei histórica do progresso) e a aproximatividade (*Obra Completa*, t. 1, vol. 2, 2008, pp. 30-38). A aproximação entre ciências foi perspectivada, no esteio de Goldman, com uma noção de ‘conhecimento’ que englobava, além dos saberes de natureza científica, também os de natureza técnica, literária, filosófica, etc., e permitia a invocação de todos os espectros do saber. Assim, a noção de história teceu-se conceptualmente numa dimensão filosófica (*e.g.*, história enquanto ‘tempo’), funcionalmente com outras áreas do saber, como a matemática (*e.g.*, teoria dos conjuntos de Georg Cantor, com noções de ‘estrutura’ e ‘génese’ de Goldman, aplicada às civilizações helénica e romana, de modo a conceber o progresso na história), e criticamente em relação à historiografia vigente (*e.g.*, revisionismo do ‘darwinismo’ na teoria da origem e declínio das civilizações de Arnold Toynbee).

O terceiro posicionamento relaciona-se com o debate historiográfico europeu, permeado pelo marxismo, pelo estruturalismo, e ainda pelo positivismo. Podemos dizer que Manuel Antunes criticou, mas também integrou uma parte de cada uma destas vertentes. Ao modo de Henri-Irenée Marrou, o autor mais constante nos textos da septenta de História da Cultura Clássica, considerava a história como “a consciência” – noção aqui a destacar – “da recuperação intencional do passado humano”, sublinhando-se assim como “o conhecimento histórico é, como tal, anterior à sua consignação por escrito”. O ‘presentismo’ ou ‘relativismo’ de Marrou, ao lado de outras referências da mesma esfera, como R.J. Collingwood e Raymond Aron, são as correntes de pensamento onde melhor se pode integrar e classificar Antunes. No seu esteio, rejeitou o positivismo, mas mais uma vez assumindo também algumas vezes a posição contrária. Por exemplo, retomou lema “o que realmente aconteceu” de Leopold Von Ranke como o ideal do “verdadeiro historiador”, ainda que apenas como aspiração. Incorporou também premissas da história total,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

colocadas por Fernand Braudel, e veio a assumir, ao longo das diversas versões do texto, cada vez mais a linguagem estruturalista, a partir de Lévi-Strauss e Paul Ricoeur, até chegar a conceber a história como a análise das estruturas políticas, sociais, antropológicas, etc. (*Idem*, pp. 28-38, 93-107).

O legado de Manuel Antunes é ainda de difícil apreensão. Se, por um lado, como refere Eduardo Lourenço, ele não criou escola, nem entre os jesuítas, nem entre os académicos, por outro lado, teve seguidores e permaneceu uma referência cultural, sobretudo para os alunos da Faculdade de Letras. Entre os discípulos historiadores, António Reis explicita a sua dívida em relação à discussão da teoria da história e, concretamente, ao uso do conceito de cultura. Matos Ferreira, por sua vez, recorda o mestre como o transmissor da consciência de o “intelectual ou o historiador” ter, antes de mais, de “perceber o que está a ser dito pelos outros ou pelo documento” (*Um pedagogo...*, 2011, pp. 377-378, 189-190, 229).

Como sublinha o mesmo historiador, “não se pode inscrevê-lo no quadro dos padres que, no final dos anos 60, protagonizaram uma contestação à sociedade política e à Igreja Católica”, mas o Padre Manuel Antunes “introduziu a possibilidade de refletir sobre determinados temas”, os quais, como recordou Luís Barreto, eram tratados “com diferentes ou mesmo opostas teorias e escolas, métodos e resultados”, portanto, com total “liberdade de discussão do marxismo, de Freud e Lacan, do anarquismo, do ateísmo” (*Idem*, p. 212). Nunca foi conhecida a sua inclinação política, nem antes nem depois de 1974. Os alunos referem a “sua superioridade em relação ao regime” e a força de carácter para impedir a presença de agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) nas suas aulas. Neste sentido, Fernando Dacosta descreve o professor como não sendo “nem ortodoxo, nem heterodoxo, mas sim um paradoxo”, alguém que procurava “analisar uma parte da realidade e depois o seu contrário” (*Idem*, p. 141-142; 182). Politicamente, Ramalho Eanes considera que “estava disponível para dialogar com todos, fossem de direita ou de esquerda”, mas Medeiros Ferreira inclina-se a considerá-lo “um homem de esquerda” (*Idem*, 348-349; 364). Em 1976, foi convidado, “a pedido de Vítor da Cunha Rego (braço direito de Mário Soares)” para fundar o núcleo de uma efémera Fundação de Ciências Políticas, que arrancou no ano seguinte, com o apoio de Bernardino Gomes (Partido Socialista), Francisco Pinto Balsemão e Manuel Castelo Branco (Partido Social Democrata). Sabe-se agora que foi convidado em 1978 para o cargo de Ministro da Educação, para substituir Sottomayor Cardia, não sendo conhecidas as circunstâncias deste convite, recusado em razão da sua saúde frágil. Sem ocupar qualquer cargo, o seu conselho foi demandado pelo Presidente Ramalho Eanes (1976-1986) (*Idem*, pp. 330; 350-ss).

Destaca-se a eleição como sócio correspondente da Academia Portuguesa de História (1967), o Doutoramento *Honoris Causae* (1981) pela Universidade de Lisboa e a condecoração como grande oficial da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1983), concedida pelo Presidente da República, em reconhecimento do seu valor como educador e intelectual.

Com uma saúde excessivamente débil, que não raras vezes o manteve em convalescença, nunca se impediu de honrar os seus cometimentos até ao diagnóstico da doença de Parkinson. Abdicou



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

progressivamente das tarefas intelectuais, abandonando até 1983 todos os cargos, e faleceu dois anos depois, no Hospital de Santa Maria (Lisboa).

Foi consagrado para a posteridade por Vasco Berardo, numa estátua inaugurada em 2005 na Sertã. No mesmo ano, realizou-se o colóquio internacional “Padre Manuel Antunes (1918-1985) – Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia”, que permitiu o reencontro de antigos alunos, colegas e amigos. Foi ainda fundado o Instituto Europeu de Ciências da Cultura com o seu nome, numa parceria entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo.

Bibliografia activa: ANTUNES, Padre Manuel, *Obra Completa do Padre Manuel Antunes*, SJ, VII t., 14 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005-2012.

Bibliografia passiva: A.A.V.V., “Antunes, Padre Manuel”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.38, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d, p.437; FRANCO, José Eduardo (Coord.), *Um pedagogo da democracia: retratos e memórias sobre o Padre Manuel Antunes*, SJ, Lisboa, 2011; FRANCO, José Eduardo & ABREU, Luís Machado de (Coords.), *Biografia ilustrada. Padre Manuel Antunes, SJ: Homo Oecumenicus*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. (Obra Completa Padre Manuel Antunes, SJ, t.8.); LEITE, António & MAIA, João, *Padre Manuel Antunes, S.J.*, Lisboa, Brotéria, 1985 (separata de *Brotéria*, vol.120, mar. 1985, pp.234-258); PEREIRA, José Carlos Seabra, *História crítica da literatura portuguesa*, vol.7, *Do fim-de-século ao modernismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 1995; REIS, Carlos, *História crítica da literatura portuguesa*, vol.9, *Do neo-realismo ao post-modernismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2005; REIS, Carlos & LOURENÇO, António Apolinário, *História crítica da literatura portuguesa*, vol. 8, *O modernismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2015; ROSA, Joaquim Coelho, “Antunes, P.º Manuel”. *Enciclopédia Logos*, vol.1, Lisboa-São Paulo, 1989, pp.318-320; SARAIVA, António José & LOPES, Óscar, *História da literatura portuguesa*, 16.ª ed., Porto, Porto Editora, 1992; TORRAL, Luís Reis, “A história em tempo de ditadura”. TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, vol. 1 (pp.273-310). Lisboa: Temas e Debates, 1998.

Ana Luísa Paz

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



APOIOS:

